

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA:
UM ENFOQUE NA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NBC TG 1000**

Autor: ANDRÉ BEZERRA DOS SANTOS

Orientadora: Prof^a. Ms. TEREZINHA MÁRCIA DE CARVALHO LINO

JUÍNA - 2011

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA PEQUENA E MEDIA EMPRESA:
UM ENFOQUE NA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NBC TG 1000**

Autor: ANDRÉ BEZERRA DOS SANTOS

Orientadora: Prof^a. Ms. TEREZINHA MÀRCIA DE CARVALHO LINO

“Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.”

JUÍNA/2011

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. MS. Cleiva Schaurich Mativi

Prof^o. MS. João Luiz Derkoski

ORIENTADORA: Prof^a. MS. Terezinha Márcia de Carvalho Lino

AGRADECIMENTOS

A Deus...

À minha família, em especial meus pais que me incentivaram a dar sempre o melhor de mim.

À professora Mestra Terezinha Márcia de Carvalho Lino, pela paciência e compreensão, pelo apoio e confiança na orientação deste trabalho.

Aos meus amigos do curso de ciências contábeis, aos companheiros que sempre me ajudaram Douglas, Zonta, Jeferson, Edson e Henri. Sem me esquecer daquelas que sempre estiveram ao meu lado ao longo de todo curso, nos trabalhos em grupo, nos artigos públicos e tantos outros momentos que proporcionaram desta graduação algo tão memorável, Dalvane e Elisabeth.

A todos meus professores, em especial a Cleiva, Angela, Roberto.

A todos que de forma direta e indireta contribuíram para a realização deste objetivo.

“Olhe, tenho uma alma prolixa e uso poucas palavras,
sou irritável e firo facilmente.
Também sou muito calmo e perdooo logo.
Não esqueço nunca.
Mais há poucas coisas de que eu me lembre.”

Clarice Lispector

RESUMO

A Demonstração de Fluxo de Caixa é um demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar as entradas e saídas de dinheiro de uma empresa durante um determinado período. É bastante utilizada como um instrumento de controle, análise e gestão de recursos financeiros, podendo ser apresentada tanto pelo método direto, quanto pelo método indireto. Por meio de uma visualização antecipada dos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, de investimento e de financiamento da empresa o gestor poderá fazer simulações, que o ajudará na hora de planejar seu negócio. Desta forma o principal objetivo deste trabalho foi desenvolver um demonstrativo de fluxo de caixa adaptado para Pequenas e Médias Empresas, tendo como base as exigências da NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, da qual dispõem dois métodos de elaboração, o método direto e o método indireto, como sendo o método direto mais complexo em seu desenvolvimento, optou-se por adotar a DFC pelo método indireto, uma vez que sua elaboração é de fácil compreensão e não representa custos extras a empresa, podendo ser desenvolvida pelo seu próprio gestor. Para sua elaboração foi necessário fazer um levantamento bibliográfico de natureza qualitativa e caráter exploratório. Quanto à análise dos resultados procurou-se trabalhar de forma clara e objetiva com a intenção de gerar um instrumento auxiliar na gestão financeira de uma empresa, podendo concluir que a demonstração de fluxo de caixa, pode gerar mais segurança no planejamento e execução dos recursos financeiros dentro de uma pequena ou média empresa.

Palavras-chave: Demonstração de Fluxo de Caixa; Pequenas e Médias Empresas; NBC TG 1000.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| QUADRO 1: Estrutura do fluxo de caixa pelo método direto..... | 31 |
| QUADRO 2: Estrutura do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto..... | 32 |
| QUADRO 3: Classificação de PME pelo numero de funcionários..... | 33 |
| QUADRO 4: Classificação de PME pela receita bruta anual | 34 |
| QUADRO 5: Passo 1 – Descrição das contas e Variação e Movimentação dos saldos..... | 39 |
| QUADRO 6: Passo 2 – Alocação das transações dentro das atividades dos fluxos de caixa..... | 39 |
| QUADRO 7: Passo 3 – Transações sem efeito no caixa e com as Variações Líquida das contas..... | 40 |
| QUADRO 8: Balanço Patrimonial Empresa Modelo S.A..... | 41 |
| QUADRO 9: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | 44 |
| QUADRO 10: Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | 45 |
| QUADRO 11: Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | 45 |
| QUADRO 12: Demonstração dos Fluxos de Caixa Empresa Modelo S.A | 47 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | | |
|-------------|---|--|
| ABRASCA | - | Associação Brasileira das Companhias Abertas |
| APIMEC | - | Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento em Mercado de Capitais |
| BACEN | - | Banco Central do Brasil |
| BNDES | - | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social |
| BP | - | Balanço Patrimonial |
| CFC | - | Conselho Federal de Contabilidade |
| CPC | - | Comitê de Pronunciamentos Contábeis |
| CVM | - | Comissão de Valores Mobiliários |
| DFC | - | Demonstração de Fluxo de Caixa |
| DRE | - | Demonstração do Resultado do Exercício |
| <i>FASB</i> | - | <i>Financial Accounting standard Board</i> |
| FIPECAFI | - | Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras |
| <i>IAS</i> | - | <i>International Accounting Standard</i> |
| <i>IASB</i> | - | <i>International Accounting stand board</i> |
| <i>IASC</i> | - | <i>International Accounting Standard Committe</i> |
| IBRACON | - | Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa; Instituto dos Auditores Independentes do Brasil |
| IFRS | - | International Financial Reporting Standards |
| NBC | - | Norma Brasileira de Contabilidade |
| NIC | - | Norma Internacional de Contabilidade |
| PME | - | Pequena e Média empresa |
| RFB | - | Receita Federal do Brasil |
| S.A | - | Sociedade Anônima |
| SEBRAE | - | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| <i>SFAS</i> | - | <i>Statement of Financial Accounting Standard</i> |
| SUSEP | - | Superintendência de Seguros Privados |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO | 10 |
| 1.2 PROBLEMATIZAÇÃO | 11 |
| 1.3 OBJETIVOS..... | 11 |
| 1.3.1 OBJETIVO GERAL | 11 |
| 1.3.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 11 |
| 1.4 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO..... | 12 |
| 1.5 JUSTIFICATIVA..... | 12 |
| 1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO | 13 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 15 |
| 2.1 CONTABILIDADE COMO INFORMAÇÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO . | 15 |
| 2.2 OBJETIVOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS | 15 |
| 2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA ATRAVÉS DA NBC TG 1000 – CONTABILIDADE PARA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA..... | 17 |
| 2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC | 18 |
| 2.4.1 DEFINIÇÃO..... | 19 |
| 2.4.2 UTILIZAÇÃO DA DFC..... | 21 |
| 2.4.3 FINALIDADE | 22 |
| 2.4.4 CONTEÚDO DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA..... | 22 |
| 2.4.5 APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA..... | 28 |
| 2.5 CONCEITUAÇÃO DE PEQUENA E MÉDIA EMPRESA | 32 |
| 3. METODOLOGIA | 35 |

| | |
|--|-----------|
| 3.1 COLETA DE DADOS..... | 36 |
| 3.2 ANÁLISES DOS DADOS..... | 36 |
| 4. ANÁLISE E RESULTADOS..... | 38 |
| 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL – EMPRESA MODELO S.A..... | 38 |
| 4.1.1 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – MÉTODO INDIRETO..... | 43 |
| 4.1.2 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS..... | 44 |
| 4.1.3 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS..... | 45 |
| 4.2 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – EMPRESA MODELO S.A..... | 45 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 48 |
| 5.1 RECOMENDAÇÃO PARA TRABALHOS FUTUROS..... | 49 |
| REFERÊNCIAS..... | 50 |

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Atualmente, com o advento da globalização a sobrevivência de um negócio tem-se tornado cada vez mais difícil. A alta competitividade no mercado, facilidade para obtenção de crédito, consumidores cada vez mais ativos e exigentes, passam a ser um fator decisivo na busca por melhoria dentro das empresas.

As Pequenas e Médias Empresas – PME, muitas vezes devido à simplicidade de suas estruturas, dificuldades de organização e até mesmo de controle financeiro, acabam se tornando vulneráveis perante o mercado. Essa vulnerabilidade em muitos casos pode ser causada por limitações oriundas da falta de informações adequadas, que as permitam formular estratégias e tomar decisões gerenciais.

Um dos principais problemas das PME diz respeito a sua liquidez financeira, que segundo Longnecker; Moore e Petty, (1997, p. 534), “A liquidez de uma empresa é definida como sua capacidade de cumprir obrigações de pagamento de suas dívidas nas devidas datas de vencimento”.

Informações contábeis confiáveis podem possibilitar à administração uma síntese sobre a situação econômica, patrimonial e financeira da empresa, uma vez que informações precisas, significativas e oportunas, tornam-se fundamentais para empresas que buscam alavancar o seu resultado financeiro. Considerando isto Longnecker, Moore e Petty (1997, p. 528, grifo do autor), dizem que o “demonstrativo financeiro chave utilizado na empresa é o **demonstrativo de fluxo de caixa**”.

A Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC traz de forma sintetizada o resultado financeiro de todas as atividades que geraram entradas e saídas de recursos auferidos pela empresa durante determinado período. Sendo que cada vez mais a DFC tem se tornado um instrumento de planejamento e gestão da execução financeira, bem como de controle e análise da evolução patrimonial e financeira das empresas.

A fim de fornecer um instrumento que sirva como apoio as PME, no controle de suas atividades financeiras, este trabalho apresenta, os principais componentes,

métodos e formas de evidenciação de uma DFC. Para a realização deste estudo foi utilizado como base a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequena e Média Empresa.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

“A natureza tipicamente variável dos fluxos de entradas e saídas de caixa tornam imperativo que os mesmos sejam adequadamente compreendidos e controlados” (LONGNECKER; MOORE E PETTY, 2004, p. 560). Essa variação pode até ocasionar danos significativos se não observada a tempo, ainda mais quando são PME, que muitas vezes não dispõem de recursos financeiros líquidos para custear suas atividades em tempo real. A fim de facilitar a eficácia no cumprimento de tal controle financeiro dentro das PME será sugerida a adoção da DFC oferecida pela NBC TG 1000, que pode ser utilizada como um instrumento de controle financeiro além de auxiliar na tomada de decisões gerenciais.

Diante do exposto, se levanta a seguinte questão:

Como desenvolver uma Demonstração de Fluxo de Caixa para pequena e média empresa através da NBC TG 1000?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver um Demonstrativo de Fluxo de Caixa adaptado, através da NBC TG 1000, e propor como uma ferramenta principal na evidenciação das origens e aplicações de caixa e equivalentes ao caixa, para as PME.

1.3.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- conceituar a Demonstração de Fluxo de Caixa através da NBC TG 1000;
- revelar como a Demonstração de Fluxo de Caixa através da NBC TG 1000 pode ser aplicada nas pequenas e médias empresas;

- apresentar a DFC como um instrumento de controle financeiro.

1.4 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

Para a realização deste trabalho foi considerado como base as exigências da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias empresas. A pesquisa buscou na literatura informações que possibilitassem a elaboração de um modelo de DFC que pudesse ser utilizado por pequenas e médias empresas como instrumento de evidenciação e orientação na gestão financeira de seus negócios.

Este trabalho limitou-se a desenvolver um demonstrativo de fluxo de caixa pelo método indireto, uma vez que sua elaboração é de fácil compreensão e pode ser desenvolvida pelo próprio gestor da empresa.

1.5 JUSTIFICATIVA

O fluxo de caixa é representado pelas entradas e saídas de dinheiro em um determinado período de tempo. Para que se tenha maior controle e mais transparência em relação às entradas e saídas de seus recursos financeiros, é importante que as empresas, indiferente do porte, grandes, pequenas ou micro empresas, evidenciem tais movimentações no DFC. No entanto, as PME nem sempre têm em seu quadro de pessoal colaboradores com formação acadêmica para elaborar uma DFC seguindo os padrões contábeis, resultando em falta de informações financeiras essenciais à tomada de decisões gerenciais.

Uma pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/MG, no ano de 2004, sobre Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil, mostra que apenas 28,9% das PME utilizam as análises financeiras para suas tomadas de decisões, e que somente 52,9% buscam assessoria de um profissional da área Contábil. A referida pesquisa ainda diz que entre as principais razões do fechamento de uma empresa esta relacionada com problemas financeiros.

O DFC, quando usado em conjunto com outras demonstrações contábeis como o Balanço Patrimonial – B.P, e Demonstração do Resultado do Exercício – D.R.E, oferece informações que possibilitam aos usuários avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma entidade. A utilização de demonstrações contábeis como o DFC, pode reduzir possíveis riscos por falta de recursos financeiros em períodos sazonais, época em que a procura por determinado produto pode estar em alta ou em baixa.

A definição de risco pode ser compreendida como uma condição em que exista a possibilidade de ocorrer um evento contrário, ao que se foi planejado ou qual não se espera que ocorra, nas PME, risco pode se tornar-se sinônimo de prejuízos, ligados a ativos da empresa e ao desempenho do negocio (LONGNECKER; MOORE E PETTY 1997, p. 634).

Apesar da apresentação da DFC ser obrigatória apenas para empresas enquadradas na Lei 11.638/2007¹, Lei das Sociedades Anônimas (S.A), sendo facultativa para as PME uma vez que ainda não existe lei específica obrigando-as a fazer suas demonstrações contábeis. Mas é sabido que a DFC apresenta informações importantes que contribuem para a tomada de decisão gerencial.

Diante do exposto, este trabalho se justifica, pois pretende apresentar um instrumento que auxiliará o gestor no planejamento, controle e execução dos recursos financeiros de modo a ficar mais transparente e seguro para tomada de decisões acertadas.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho esta dividido em cinco capítulos. O primeiro apresenta uma ideia geral sobre o tema em estudo, contempla o problema de pesquisa, descreve o objetivo geral e específico do trabalho, expõe sua delimitação e traz a justificativa do estudo.

¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm> acesso em: 07/09/11

No segundo capítulo são expostos os principais conceitos e definições sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa, e como as demonstrações contábeis podem ser utilizadas nas PME, traz também informações importantes sobre a classificação das pequenas e médias empresas.

O terceiro capítulo contempla a metodologia de pesquisa utilizada para o desenvolvimento deste trabalho.

Já o quarto capítulo traz uma aplicação prática por meio de dados bibliográficos, estruturando uma DFC adaptada para pequenas e médias empresas através de um balanço patrimonial.

Sendo o quinto capítulo a conclusão do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE COMO INFORMAÇÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO

A contabilidade está fundamentada na carência de suprir as relações dos meios patrimoniais com as necessidades humanas, sendo útil para se extrair informações que podem ser utilizadas para os objetivos as quais são aplicadas (SÁ, 2007, p. 41). A figura da contabilidade direcionada como ferramenta gerencial é exaltada por Warren, Reeve e Fess (2006, p. 5), uma vez que a mesma propicia aos seus usuários, contatos com todas as fases operacionais da empresa.

Na visão de Marion, (2006, p. 23), a contabilidade é um instrumento que pode auxiliar o administrador a tomar decisões, uma vez que ela coleta dados econômicos e os transforma em unidades monetárias, relatadas em demonstrativos que contribuem na tomada de decisões.

As informações contidas nas demonstrações contábeis que são utilizadas no processo decisório, não se limitam apenas à administração e gerência da empresa, uma vez que investidores, fornecedores, bancos, governo, sindicato e outros interessados utilizam tais informações para decidir sobre seus interesses dentro da empresa (MARION, 2006, p. 24). Para as PME as demonstrações contábeis podem ter um papel fundamental quando utilizadas no processo decisório.

2.2 OBJETIVOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Segundo Marion (2006, p. 39), as demonstrações contábeis têm como objetivo fornecer informações contábeis de um determinado período aos seus usuários. Deste modo diz Sá, (2007, p. 104), que as informações fornecidas pelas demonstrações contábeis podem servir de base para uma análise mais detalhada sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa.

Podem ser classificados como usuários das demonstrações contábeis os gerentes, diretores, funcionários, acionistas, governo, clientes e demais pessoas que mantenham relações com a empresa, (MARION, 2006, p. 25).

Reis, (2009, p. 57), diz que o principal objetivo das demonstrações contábeis, é o de fornecer informações que venham a auxiliar na boa avaliação e gestão da empresa. Neste contexto, Reis (2009, p. 56 – 58, grifo nosso), classifica as demonstrações contábeis em dois grupos definidos como, básicas e complementares.

Básicas:

- Balanço Patrimonial do qual evidencia os valores que somam no patrimônio da empresa;
- Demonstração do Resultado do Exercício que traz o lucro ou prejuízo do exercício reportado.

Complementares:

- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos acumulados que evidencia o destino do resultado do período;
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa** que traz as principais movimentações de numerários realizados pela empresa;
- Demonstrações das origens e aplicações de Recursos apresentam a variação do ativo circulante entre períodos.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, responsável por evidenciar as variações no patrimônio líquido da empresa e a;
- Demonstração do Valor Adicionado que destaca a participação do caixa da empresa na geração de produtos e qualificação da mão de obra, etc.

A NBC TG 1000 – Seção 3.17, considera como um conjunto completo de demonstrações contábeis para PME, os seguintes elementos:

(a) balanço patrimonial ao final do período; (b) demonstração do resultado do período de divulgação; (c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação [...]; (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação; (e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação; (f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias (NBC TG 1000 – SEÇÃO 3.17).

A demonstração do resultado abrangente objetiva os efeitos das mudanças na política contábil da empresa, assim como ganhos e perdas atuariais, mudanças nos valores de contratos financeiros, efeitos nas mudanças de taxas de câmbio e participação de acionistas e sócios não controladores (NBC TG 1000 – SEÇÃO 5.4; 5.6).

Deste modo as demonstrações contábeis, podem ser consideradas como um conjunto de informações contábeis, importantes na avaliação patrimonial, de desempenho econômico e financeiro de uma empresa, sendo imprescindível para a tomada de decisão dentro das empresas.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA ATRAVÉS DA NBC TG 1000 – CONTABILIDADE PARA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

A crescente preocupação com o desempenho das PME, não é um papel exclusivo dos pequenos e médios empresários; a sociedade, o governo e diversos organismos institucionais em nível nacional e global têm voltado seus olhos para a gestão das PME.

No cenário internacional, o *International Accounting stand board*, – IASB, principal órgão emissor das Normas Internacionais de Contabilidade – NIC, que em resposta às carências e preocupações das PME, publicaram no ano de 2009 as Normas Internacionais de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas – *IFRSs for SMEs*. O IASB é órgão responsável pela emissão das Normas Internacionais de Contabilidade – IAS, e das Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, sediado em Londres – Inglaterra, que tem como objetivo fornecer um conjunto único de normas contábeis globais de alta qualidade, transparentes e comparáveis em demonstrações financeiras para fins gerais, (IFRSs, 2008 p. 3).

Atualmente, o Brasil está inserido no grupo dos países que estão comprometidos com a adoção das IAS e das IFRS. E o órgão responsável pela convergência das Normas Brasileira de Contabilidade – NBC, aos padrões internacionais de contabilidade é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, criado pela Resolução CFC nº 1055-05, e tem como principal função estudar,

preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e divulgar informações dessa natureza, sempre em acordo com as normas internacionais. O CPC é composto pelas entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas – Abrasca; Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento em Mercado de Capitais – Apimec; Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa; Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Ibracon; e Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Ainda participam como convidados: O Banco Central do Brasil – Bacen; a Comissão de Valores Mobiliários – CVM; a Receita Federal do Brasil – RFB; e a Superintendência de Seguros Privados – Susep. Que ainda em 2009 publica o Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que através da Resolução 1.255/09 do CFC – aprova a NBC T 19. 41 – Contabilidade para Pequena e Média empresa.

A NBC T 19.41, que através da resolução CFC nº 1.329/11 alterou a sigla e a numeração desta Norma, de NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, sendo a mesma aprovada pelo CPC, a partir da *IFRS for SMEs* do *IASB*.

A NBC TG 1000 tem como objetivo disponibilizar informações sobre a elaboração das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas e oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários, que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação, (NBC TG 1000 SEÇÃO 2.2).

As entidades que adotarem esta norma para fazer suas Demonstrações Contábeis, não poderão adotar ao mesmo tempo os critérios exigidos por sua versão integral, a do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 03, (CPC 03), sendo que este pronunciamento contábil é destinado a todas as empresas.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

A DFC pode ser comumente utilizada como um instrumento de controle, análise e gestão dos recursos financeiros de uma empresa. Está entre seus

principais objetivos o de evidenciar a “origem de todos os recursos monetários que entraram no caixa, bem como onde foram aplicados os recursos monetários que saíram do caixa em determinado período, devidamente registrados a débito (entradas) e a créditos (saídas) da conta caixa”. (REIS 2009, p. 158).

A DFC teve origem no ano de 1988 sendo expedida pelo *Financial Accounting standard Board – FASB*, principal órgão responsável pela criação de princípios de Contabilidade nos Estados Unidos da América, através do *Statement of Financial Accounting Standard – SFAS n. 95*, que posteriormente seria adotada e padronizada pelo *International Accounting Standard Committee – IASC* através do *International Accounting Standard – IAS 7*, publicada no ano de 1994. A partir dessa data todas as empresas que publicam suas demonstrações de acordo com as NIC devem seguir o IAS 7 (SANTOS, 2011, p. 14).

Os conceitos e/ou definições que serão apresentados neste referencial teórico abordam a temática da Demonstração dos Fluxos de Caixa, e servirão como apoio para um melhor entendimento deste estudo.

2.4.1 DEFINIÇÃO

A DFC é uma “Demonstração que oferece informações sobre as alterações em caixa e equivalentes de caixa da entidade por um período, mostrando alterações separadamente durante o período em atividades operacionais, de investimento e de financiamento” (Resolução 1.285/2010 – CFC). Em sentido genérico, demonstração contábil significa tornar evidente uma determinada situação de um grupo patrimonial de funções (SÁ, 2006, p. 362).

Já Ribeiro (2009, p. 362), diz que a DFC trata-se de “um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocam modificações no saldo da conta Caixa”. Neves e Viceconti (2007, p. 240), complementam que na DFC é possível visualizar a posição financeira da empresa retratada em curtíssimo prazo representada pelo saldo do disponível.

No entendimento de Santos (2011, p. 17), a DFC é um demonstrativo financeiro que evidencia a variação líquida do saldo contábil do caixa e equivalente

ao caixa na ocasião reportado, detalhando os recebimentos e pagamentos, que ocasionaram essa variação.

Matarazzo (2009, p. 362, grifo do autor), diz que “Fluxo significa *movimento*. Assim, fluxo de caixa pode ser definido como movimento de caixa”. Sendo que para Braga (2003, p. 120) “Fluxos de caixa são ingressos e saídas de caixa e equivalentes”.

A resolução CFC, nº 1.285/2010, diz que caixa é todo “dinheiro em caixa e depósitos à vista”. (RESOLUÇÃO, CFC, 1.285/2010 – CFC).

O conceito de caixa está ligado a todas as disponibilidades geradas pela empresa que estão evidenciadas nas contas Caixa e Banco. Essas disponibilidades deverão ter liquidez imediata, ou seja, estar em poder da própria entidade ou depositados no banco em conta corrente. Também são consideradas como caixa as aplicações financeiras de liquidez imediata (dinheiro da entidade investido em aplicações de altíssima liquidez). Já os equivalentes de caixa abrangem todos os investimentos efetuados pela empresa, resgatáveis em três meses e que tenham altíssima liquidez. (RIBEIRO 2009, p. 363).

Equivalentes de caixa segundo a NBC TG 1000 – Seção 7.2, são:

Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição. Saldos bancários a descoberto decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como cheques especiais ou contas-correntes são geralmente considerados como atividades de financiamento similares aos empréstimos. Entretanto, se eles são exigíveis contra apresentação e formam uma parte integral da administração do caixa da entidade, devem ser considerados como componentes do caixa e equivalentes de caixa. (NBC TG 1000 - Seção 7.2).

Já Ribeiro (2009, p. 363), diz que.

Ao olhar para uma DFC, o usuário deve compreender com facilidade qual foi a origem de todos os recursos financeiros que passaram pelo Caixa da empresa em um determinado período, bem como destino dos recursos financeiros que ingressaram e não permaneceram para compor o saldo do Caixa no final do mesmo período. (RIBEIRO 2009 p. 363).

Os conceitos e definições quanto a DFC, podem se apresentar de muitas formas na literatura, porém independente da nomenclatura aplicada, todos os conceitos permitem concluir que a sua utilização na gestão das PME é de muita importância.

2.4.2 UTILIZAÇÃO DA DFC

Hoji (2009, p. 138), considera a DFC um instrumento importante para o controle financeiro interno da empresa. Sanvicente (1997, p. 231), afirma que cada vez mais, o uso de relatórios de controle tem se tornado fonte essencial de informação na avaliação de desempenho para tomada de decisões dentro das empresas.

Já Quintana (2009, p. 13), destaca a importância do emprego da DFC na gestão financeira, uma vez que grande parte dos fatos que ocorrem dentro de uma empresa envolve a movimentação dos recursos financeiros. Longnecker, Moore e Petty (1997, p. 520) dizem que, “sem informações fornecidas pelo sistema contábil, o administrador não pode tomar decisões bem informadas”.

Para Reis (2009, p. 159), o uso da DFC “[...] propicia ao administrador financeiro a elaboração de um planejamento mais adequado às necessidades reais da empresa, evitando que, eventualmente, haja recursos monetários inativos”.

O IFRSs – IAS 7 (2008, p. 860), diz que:

A demonstração de fluxo de caixa, quando utilizada em conjunto com o restante das demonstrações financeiras, oferece informações que possibilitam aos usuários avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade de afetar os valores e época de fluxo de caixa para se adaptar às constantes mudanças nas circunstâncias e oportunidades. (IFRSs – IAS 7, 2008, p. 860).

O uso correto da DFC traz diversas vantagens às empresas dentre elas pode-se destacar: a facilidade na visualização dos recursos financeiros auferidos por uma empresa, a importância na evidenciação de possíveis problemas de solvência, facilidade em avaliar riscos e de servir como instrumento para previsão de caixas e dividendos futuros (OLIVEIRA *et al* 2008, p. 14).

2.4.3 FINALIDADE

“A Demonstração de Fluxo de caixa visa mostrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades em um dado período de tempo” (FIPECAFI, 2007, p. 9).

Ainda no entendimento da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI (2007, p. 440), a DFC pode permitir aos investidores, credores e outros usuários avaliarem, a capacidade da empresa de geração de futuros fluxos de caixa, assim como honrar compromissos assumidos, também permite analisar sua liquidez, solvência e flexibilidade financeira, efeitos da geração de caixa das transações de investimentos e financiamentos da empresa e a taxa de conversão do lucro em caixa etc.

Para Santos (2011, p. 43), a DFC juntamente com outras demonstrações financeiras, possibilitam aos investidores, credores e demais usuários das demonstrações financeiras, avaliar a capacidade da empresa de cumprir com suas obrigações financeiras, este objetivo é alcançado devido ao formato da DFC, que se apresenta em três grupos, ou seja, operacional, investimento e financiamento.

Já para Reis (2009, p. 159), está entre as principais finalidades da DFC.

[...] auxiliar aos seus usuários – empresários, administradores, investidores, credores etc. – a: avaliar a geração futura de caixa para o pagamento de obrigações, de despesas correntes e de lucros ou dividendos aos sócios; identificar as futuras necessidades de financiamento; compreender as razões de possíveis diferenças entre o resultado e o fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais; evidenciar o efeito das operações e das transações de investimentos e financiamentos sobre a posição financeira da empresa. (REIS, 2009, p. 159).

2.4.4 CONTEÚDO DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Para que uma entidade consiga estruturar uma DFC será necessário que a mesma classifique as operações das suas atividades geradoras de caixa. Uma vez que segundo o IFRSs – IAS 7 (2008, p. 861), “A classificação por atividade oferece informações que permitem aos usuários avaliar o impacto dessas atividades sobre a posição financeira da entidade e o valor de seu caixa e equivalente de caixa”.

O FIPECAFI (2007, p. 441), diz que “[...] o formato adotado para a DFC é o de classificação das movimentações de caixa por grupo de atividades”. Esses grupos

são divididos em três principais áreas, sendo elas: os caixas gerados pelas operações, os investimentos realizados pela empresa e as transações de financiamento (LONGNECKER, MOORE E PETTY, 1997, p. 529).

Seguindo o mesmo contexto a NBC TG 1000 – Seção 7.3, diz que, “A entidade deve apresentar a demonstração dos fluxos de caixa que apresente os fluxos de caixa para o período de divulgação classificados em atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento”.

O FIPECAFI (2007, p. 441) diz sobre as classificações das atividades geradoras de fluxo de caixa.

A classificação dos pagamentos e recebimentos de caixa relaciona-se, normalmente, com a natureza da transação que lhe dá origem. Assim, por exemplo, a compra de matéria-prima para a produção é uma atividade operacional; a compra de uma máquina utilizada na geração de outros produtos é uma atividade de investimento; e a compra (resgate), de ações da própria empresa é uma atividade de financiamento (FIPECAFI 2007, p. 441).

Quanto à classificação da demonstração de fluxo de caixa, segundo Ribeiro (2009, p. 363), uma DFC deverá apresentar as transações das atividades operacionais, de investimento e financiamento de forma acessível aos seus usuários, demonstrando o destino e os ingressos dos recursos que ajudaram a integrar o saldo do caixa no final do período.

As atividades operacionais estão relacionadas com o objeto social da sociedade e abrangem transações com efeito financeiro relacionadas com o lucro das operações continuadas. Já as atividades de investimentos consistem em aquisições e vendas de ativos a longo prazo, bem como movimentações com aplicações financeiras não incluídas em caixa e equivalentes de caixa. Para as atividades de financiamentos ficam incluídas as transações que produzem variações no tamanho e na composição dos capitais próprios e nos empréstimos tomados de terceiros (DELOITTE 2006, p. 41).

2.4.4.1 CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

O caixa das atividades operacionais tem-se tornado uma excelente ferramenta para a avaliação do desempenho financeiro da empresa. Conforme menciona Santos (2011, p. 20), “O caixa das atividades operacionais fornece uma das mais importantes informações para avaliação da saúde financeira de uma empresa: a capacidade de geração de caixa nas suas atividades operacionais”.

Já Reis (2009, p. 160), diz que as atividades operacionais “correspondem às entradas e saídas de caixa provenientes das atividades diretamente relacionadas com as operações principais ou acessórias da empresa”.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais podem ser encontrados, nas operações de cobranças realizadas junto a clientes, pagamentos a fornecedores, e outras saídas decorrentes das operações, como despesas administrativas, pagamentos de juros e despesas com marketing, além de pagamentos de impostos em dinheiro (LONGNECKER, MOORE E PETTY 1997, p. 529).

Braga (2003, p. 120), comenta que.

As atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da entidade. Elas podem ser explicadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, pagamento de funcionários etc. (BRAGA 2003, p. 120).

Sobre as atividades operacionais Santos (2011, p. 19), esclarece que neste deverá conter todos os recebimentos e pagamentos relacionados à atividade operacional principal da companhia, e que na maioria das vezes, estarão incluídas às receitas e despesas, que compõem o lucro/prejuízo apurado no exercício reportado.

A NBC TG 1000 – Seção 7.4, cita exemplos de atividades operacionais:

- recebimentos ou pagamento de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;
- recebimentos de caixa decorrentes de *royalties*, honorários, comissões e outras receitas;
- pagamentos de caixa a fornecedores;

- pagamentos a empregados ou com outra relação empregatícia;
- pagamentos ou restituição de tributos sobre o lucro, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamento ou de investimento;
- recebimentos e pagamentos de investimento, empréstimos e outros contratos mantidos com a finalidade de negociação, que são similares aos estoques adquiridos especificamente para revenda.

Reis (2009, p. 161), diz que para a estruturação do fluxo de caixa das atividades operacionais, será necessário o uso da D.R.E, pois é ela que evidencia todas as receitas e despesas efetivadas pela empresa no período, como as vendas, as compras e as despesas, sendo estes ajustados com outros itens operacionais do ativo circulante e do passivo circulante, como estoques, clientes, fornecedores, despesas a pagar entre outros.

2.4.4.2 CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

A divulgação separada das atividades de investimentos é destacada pelo IFRSs – IAS7 (2008, p. 862), quando diz que tais fluxos “[...] representam a extensão dos gastos efetuados com recursos destinados a gerar receita e fluxos de caixa futuros”.

Ribeiro (2009, p. 363), faz uma importante observação. “As atividades de investimentos compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de Bens ou na prestação de serviços ligados ao objeto social da entidade”.

Braga (2003, p. 120), diz que:

Atividades de investimentos compreendem as transações com ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da entidade. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objeto de revenda (BRAGA, 2003, p.120).

Já para Marion (2008, p. 66), o caixa das atividades de investimentos, “referem-se ao Não Circulante da empresa. Quando uma empresa compra máquinas, ações, prédios etc., reduz o caixa. Quando a empresa vende esses itens, aumenta o caixa”.

Alguns exemplos de atividades de investimentos são citados pela NBC TG 1000 – Seção 7.5:

- pagamentos de caixa na aquisição de ativo imobilizado, ativos intangíveis e outros ativos de longo prazo;
- recebimentos de caixa pela venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo;
- pagamentos decorrentes da aquisição de instrumentos de dívida ou patrimoniais de outras entidades e de participações societárias em empreendimentos controlados em conjunto;
- recebimentos de caixa decorrentes da venda de instrumentos de dívida ou patrimoniais de outras empresas e participações societárias em empreendimentos controlados em conjunto;
- adiantamentos de caixa e empréstimos conferidos a terceiros;
- recebimentos de caixa na liquidação de adiantamentos e amortização de empréstimos conferidos a terceiros;
- desembolso de caixa por contratos futuros, contratos a termo, contratos de opção e contratos de swap, exceto quando tais forem mantidos título de negociação ou venda, ou os pagamentos forem facilmente classificados como atividades de financiamento;
- recebimentos de caixa derivados de contratos futuros, contratos a termo, contratos de opção e contratos de swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação ou venda, ou os recebimentos forem facilmente classificados como atividades de financiamento.

Ainda no entendimento da NBC TG 1000 – Seção 7.4, transações, como a venda de ativo imobilizado por entidades industriais, que resultem em perda ou

ganho mesmo que estejam incluídos na apuração do resultado serão considerados como fluxos de caixa provenientes de atividades de investimento.

“Como o ativo do Balanço Patrimonial discrimina todas as aplicações (investimentos em sentido genérico) feitas pela empresa, é lógico que todos os itens componentes do fluxo desse tipo de atividade devem ser extraídos basicamente da movimentação dos valores ativos” (REIS, 2009, p. 161).

2.4.4.3 CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

“A divulgação em separada do fluxo de caixa oriundo de atividades de financiamento é importante, uma vez que é útil para prever demandas em fluxos de caixa futuros por parte dos provedores de capital à entidade” (IFRSs – IAS 7, 2008, p. 863).

Sobre as atividades de financiamento Braga (2003, p. 120), diz que as “atividades de financiamentos incluem a captação de recursos de acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração”.

Marion (2008, p. 66), diz que “os financiamentos poderão vir dos proprietários (aumento de Capital em dinheiro) ou de *terceiros* (financiamentos, bancos etc.)”.

“Considerando que no Passivo estão discriminadas todas as origens de recursos que possibilitaram o financiamento do Ativo, é lógico que todos os itens componentes do fluxo desse tipo de atividade devem ser originados basicamente da movimentação dos valores passivos” (REIS, 2009, p. 162).

No entendimento do Ribeiro, (2009, p. 363), as atividades ligadas à captação de recursos dos acionistas assim como seu retorno em forma de lucros ou dividendos, obtenção de empréstimos entre outros recursos, são tidos como fluxos de caixas das atividades de financiamento.

São exemplos de financiamento conforme NBC TG 1000 – Seção 7.6:

- caixa auferido pela emissão de ações, quotas ou outros instrumentos patrimoniais;

- desembolso de caixa a investidores para contrair ou resgatar ações e ou quotas da entidade;
- recebimento de caixa pela emissão de debêntures, empréstimos, títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos;
- pagamentos para amortização de empréstimo;
- caixa pago por um arrendatário com intensão da redução do passivo relativo a arrendamento mercantil (leasing) financeiro.

São tidas como atividades de financiamento aquelas atividades ligadas de alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos empréstimos da entidade. (*Ibidem*).

2.4.5 APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para divulgação da demonstração dos fluxos de caixa será abordado os métodos sugeridos pela NBC TG 1000 – Seção 7.7, sendo eles o método direto e o método indireto.

A diferença entre ambos os métodos encontra-se apenas nas atividades operacionais, mesmo que o resultado líquido seja igual o caminho percorrido em ambos os métodos são totalmente diferentes. Uma semelhança acontece na apuração dos fluxos de caixa dos investimentos e dos financiamentos, sendo os valores e os processos de elaboração exatamente iguais em ambos os métodos, (REIS, 2009, p. 166).

Ribeiro (2009, p. 363-365), diz que o método indireto também conhecido como método de reconciliação apresenta os fluxos operacionais a partir do lucro líquido do exercício, ajustando o mesmo com adição de despesas e exclusão de receitas consideradas na apuração do Resultado, tanto quanto despesas e receitas que não afetam o caixa da empresa. Já no método direto os recursos gerados pelas operações normais da empresa são lançados a partir de seu recebimento e pagamento durante o período.

2.4.5.1 APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Através da divulgação dos fluxos de caixa das atividades operacionais é possível tanto analisar a capacidade da empresa de gerar fluxos de caixa futuros (método direto), quanto verificar as mudanças ocorridas em estoques, contas a pagar e recebíveis de operações além de itens que provoquem mudanças no caixa, como depreciação, provisões etc.(método indireto), (IFRSs – IAS 7, 2008, p. 863).

Segundo FIPECAFI (2007, p.445), “o método direto explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados”. Já para o método indireto a apuração do caixa é feita através da reconciliação do lucro líquido com gastos antecipados, crédito tributário e outros itens que possam ser classificados como caixa de investimento ou financiamento.

Segundo o entendimento de Frezatti *apud* Gazzoni (2003, p.45), é difícil que exista um único formato de fluxo de caixa que possa atender a qualquer tipo de empresa. A concepção sobre qual método adotar, ainda é questionada uma vez que ambos os métodos dividem opiniões.

Braga (2003, p. 119, grifo do autor), diz que, “há duas formas de apresentação do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Essas formas são denominadas de *método direto* e *método indireto*. O método indireto é o mais comumente utilizado”.

Já Marion (2006, p. 432), comenta que, a preferência pelo método indireto é constatada por aqueles que veem semelhança na sua elaboração com a Doar².

Comenta o IFRSs (2008, IAS 7, p. 863), que as entidades são incentivadas a apresentar seus fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método direto. Uma vez que através do método direto as informações podem ser úteis para a estimativa de fluxos de caixa futuros, as quais não estão disponíveis no método indireto.

² Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos – DOAR, não é mais considerada uma demonstração contábil obrigatória a partir da Lei 11.638 de 28 de Dezembro de 2007, sendo então substituída pela DFC.

Perez Junior (2005, p. 247), e Marion (2006, p. 431), consideram o método direto sendo como o verdadeiro fluxo de caixa uma vez que nele são tratados de forma mais detalhada as principais classes de recebimentos e pagamentos.

A Deloitte (2006, p. 41), diz que a apresentação das atividades operacionais pelo método direto, “[...] seja provavelmente a mais importante peça do conjunto das demonstrações financeiras, já que relata a capacidade das operações da sociedade de gerar caixa e não é afetada por mudanças de critérios de avaliações de ativos e passivos”.

FORMATO PADRÃO – MÉTODO DIRETO

A forma de apresentação do método direto é baseada no regime de caixa, uma vez que a apresentação das saídas ou entradas de caixa será registrada no momento de sua ocorrência, independente se as operações se referirem a períodos anteriores ou posteriores, (REIS, 2009, p. 165). Já Braga (2003, p. 119), diz que “o método direto demonstra o fluxo de caixa das atividades operacionais em termos de fluxo de caixa bruto, não distinguindo entre o lucro do período corrente e as mudanças no capital de giro”. Sendo que as entradas e saídas do caixa são evidenciadas ao início das vendas, pelos seus valores realmente recebidos, também são considerados todos os recebimentos e pagamentos originados das operações ocorridas no exercício, (MARION, 2006, p. 431).

Segundo a NBC TG 1000 – Seção 7.9, é possível chegar ao fluxo de caixa líquido das atividades operacionais pelo método direto através:

Dos registros contábeis da entidade; ou ajustando-se as vendas, os custos dos produtos e serviços vendidos e outros itens da demonstração do resultado e do resultado abrangente referentes a: (i) mudanças ocorridas nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar durante o período; (ii) outros itens que não envolvem caixa; e (iii) outros itens cujos efeitos no caixa sejam decorrentes dos fluxos de caixa de financiamento ou investimento. (NBC TG 1000 – Seção 7.9).

Santos (2011, p. 20), apresenta um modelo de estrutura dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método direto, conforme QUADRO1:

QUADRO 1: Estrutura do fluxo de caixa pelo método direto

| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais |
|---|
| (+) Recebimentos dos clientes por vendas de mercadorias, serviços, aluguel, etc. |
| (+) Juros recebidos. |
| (+) Outros recebimentos relacionados às atividades operacionais. |
| (-) Pagamentos a funcionários e outros fornecedores de mercadorias e serviços, incluindo seguros, propaganda e similares. |
| (-) Juros pagos. |
| (-) Impostos. |
| (-) Outros pagamentos relacionados a atividades operacionais. |
| (=) Caixa Líquido/Aplicado das/nas Atividades Operacionais |

Fonte: Adaptado de Santos (2011, p. 20).

FORMATO PADRÃO – MÉTODO INDIRETO

A apuração do fluxo de caixa das atividades operacionais pelo método indireto é representada pela adição e subtração do lucro/prejuízo líquido do exercício por transações que não afetam o caixa, como receitas auferidas e despesas provisionadas, que não foram recebidas ou pagas no exercício, tais como salários a pagar, impostos a pagar etc., assim como outros ajustes realizados no resultado do exercício e que não afetam o caixa, como depreciação, amortização, ganho ou perda por equivalência patrimonial, (SANTOS, 2011, p. 23).

Já Reis (2009, p. 166), diz que a reconciliação do resultado líquido é realizada através de adições ou subtrações dos acréscimos ou diminuições ocorridas nos ativos e passivos operacionais até chegar ao caixa líquido das operações.

Segundo a NBC TG 1000 – Seção 7.8, é possível chegar ao fluxo de caixa líquido das atividades operacionais pelo método indireto ajustando o resultado às:

Mudanças ocorridas nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar durante o período; itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, receitas (despesas) contabilizadas pela competência, mas ainda não recebidas (pagas), ganhos e perdas de variações cambiais não realizadas, lucros de coligadas e controladas não distribuídos, participação de não controladores; e todos os outros itens cujos efeitos sobre o caixa sejam decorrentes das atividades de investimento ou de financiamento. (NBC TG 1000 – Seção 7.8).

Santos (2011, p. 24), traz um modelo para estruturação dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto, conforme QUADRO 2:

QUADRO 2: Estrutura do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais |
|---|
| Lucro/prejuízo líquido do período |
| Ajuste para reconciliar o lucro/prejuízo líquido com caixa líquido obtido/aplicado das/nas atividades operacionais: |
| (+) Depreciação |
| (+) Perda de equivalência |
| (-) Aumento no contas a receber |
| (+) Aumento no contas a pagar, etc. |
| (=) Caixa Líquido Obtido/aplicado das/nas Atividades Operacionais |

Fonte: Adaptado de Santos (2011, p. 24).

2.4.5.2 APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Segundo a NBC TG 1000 – Seção 7.10, quanto às atividades de investimento e financiamento, serão apresentadas de forma separada as principais classes de recebimentos e pagamentos de caixa. Sendo que ambas não se diferenciam, independentemente do método de divulgação adotado pela empresa, tanto pelo método direto quanto pelo indireto sua apresentação usará o mesmo critério de evidenciação.

Já Reis (2009, p. 166), e Marion (2006, p. 445), dizem que na apuração dos fluxos de caixa das atividades de investimentos e das atividades de financiamento independentemente do método adotado, no final da apuração o resultado será o mesmo.

2.5 CONCEITUAÇÃO DE PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

A conceituação de PME é um tanto vasta, uma vez que existem diversas instituições que definem e classificam Pequenas e Médias Empresas, tanto pelo seu faturamento bruto anual, receita bruta anual e até pela quantidade de funcionários que a mesma possui.

A terminologia da qual se define PME é utilizada pela NBC TG 1000 – Seção 1.2, da qual enquadra como PME, as entidades que:

- não têm obrigação pública de prestação de contas; e
- desenvolvem demonstrações contábeis para uso gerais de usuários externos;

Ainda para a NBC TG 1000 – Introdução P7, não são consideradas como pequena e média empresa, as entidades que;

- são reguladas pela Comissão de valores Mobiliários – CVM;
- as enquadradas pela Lei 11.638/07;
- consideradas como de grande porte, definidas pela Lei 11.638/07;
- sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil e pela superintendência de seguros privados.

Já para o SEBRAE/MG (2004, p. 3), a definição se dá pelo seu número de funcionários, e os conceitos se aplicam as micros, pequenas e médias empresas, as quais são classificadas conforme QUADRO 3:

QUADRO 3: Classificação de PME pelo numero de funcionários

| Classificação | Comercio e Serviço | Indústria |
|----------------------|---------------------------|------------------|
| Micro Empresa | Até 09 | Até 19 |
| Pequena Empresa | 10 a 49 | 20 a 99 |
| Média Empresa | 50 a 99 | 100 a 499 |

Fonte: Adaptado de Sebrae – MG 2004

Já para o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES³ a classificação pela receita operacional bruta anual, está representada conforme QUADRO 4:

³ Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Navegacao_Suplementar/Perfil/porte.html> Acesso em: 31/07/11.

QUADRO 4: Classificação de PME pela receita bruta anual

| Classificação | Receita operacional bruta anual |
|----------------------|---|
| Microempresa | Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões |
| Pequena empresa | Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões |
| Média empresa | Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões |

Fonte: Adaptado de BNDES, Porte de Empresa.

A receita operacional bruta anual esta relacionada com a venda de bens e serviços nas operações da empresa, com o custo dos serviços prestados, e com os resultados auferidos em operações de conta alheia e não estão incluídos os descontos incondicionais e as vendas canceladas (BNDES).

3. METODOLOGIA

Este capítulo destina-se a compreender quais métodos científicos de pesquisa foram utilizados para o desenvolvimento do presente estudo. Foi necessário para a realização do trabalho, fazer um levantamento bibliográfico de natureza qualitativa e caráter exploratório tendo como intenção gerar um instrumento que auxiliará na gestão financeira de uma pequena ou média empresa.

No entendimento de Fachin (2001, p. 27), o conceito de metodologia está ligado a um conjunto de procedimentos sistemáticos que visam a descrição e explicação do tema em estudo.

Cervo e Bervian (2002, p. 63), comentam que a “pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticas com o emprego de processos científicos”. Nesse contexto o processo de pesquisa científica é realizado de forma concreta utilizando de investigação planejada, desenvolvida e elaborada de acordo com as normas da metodologia aplicadas pela ciência (RUIZ, 1991, p. 48).

Quanto à concepção esta pesquisa, se caracteriza como pesquisa exploratória, para Servio e Bervian (2002, p. 69) e Gil (2008, p. 41), os estudos exploratórios objetivam familiarizar o autor com o fenômeno ou obter dela uma nova percepção a fim de descobrir novas ideias.

Quanto ao procedimento adotado, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, que segundo Fachin (2001, p. 125), “pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos das obras”. Servio e Bervian (2002, p. 66), dizem que a pesquisa bibliográfica “[...], constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica”. Sendo a sua principal finalidade a de fornecer ao leitor os principais conceitos e métodos que serviram de base para a realização do trabalho (SEVERINO, 2002, p. 113).

Quanto à natureza dos dados pode ser classificada como qualitativa, uma vez que, se desenvolva de uma situação natural, além de ser rica em material dissertativo, traz um plano aberto e flexível de modo a focar-se na realidade de forma complexa e contextualizada, (MENGA *apud* MARCONI E LAKATOS, 2004, p. 271). Já Figueiredo (2004, p. 107), diz que pesquisas qualitativas são aquelas que trabalham com dados não classificáveis, uma vez que através da coleta e análise de

materiais com pouca estruturação e sem muitos fatos narrativos, exigem mais o envolvimento do pesquisador.

3.1 COLETA DE DADOS

Para a realização da presente pesquisa foram utilizados dados de referenciais bibliográficos, tais como livros e dissertações, utilizou também de pesquisas eletrônicas, Leis, Normas e Resoluções.

3.2 ANÁLISES DOS DADOS

Os dados contidos no próximo capítulo são apresentados por meio de quadros, seguidos de comentários e considerações de forma auxiliar o entendimento deste trabalho, também foi adotado o método a passo a passo e enumeração de contas facilitando a compreensão e origem dos dados.

Para o desenvolvimento da DFC pelo método indireto, foi necessário à utilização de um Balanço Patrimonial – BP adaptado, do qual a estrutura para o desenvolvimento foi fornecido por Santos (2011, p. 93 a 99), e os dados quanto às contas do Ativo e Passivo nos anos de 20X4 e 20X5, foram extraídos de Silva (2007, p. 166-167), já o processo de análise de resultado escolheu-se trabalhar conforme Longenecker, Moore e Petty (2003, p. 528-532).

No item balanço patrimonial os lançamentos ocorridos nos anos de 20x4 e de 20X5 foram lançados em colunas diferentes, de forma a proporcionar a variação líquida das contas ocorrida no ano de 20X5. Estas variações foram distribuídas entre suas atividades de origens, ou seja, como atividades operacionais, de investimento e financiamento.

A estrutura fornecida por Santos (2011), apresenta três passos, sendo cada um deles responsável por uma etapa do desenvolvimento do fluxo de caixa.

Passo 1:

- Neste é lançado os valores dos ativos e passivos da empresa, que após uma subtração feita entre o ano corrente ao ano anterior obtém-se a variação líquida da conta.

Passo 2:

- Este se refere à alocação das variações encontradas no primeiro passo, os valores serão distribuídos entre as atividades que geraram fluxo de caixa, ainda explica Santos (2011, p. 85), que as variações positivas das contas do ativo faz o ajuste negativo no resultado do período, já variações negativas das contas do ativo faz o ajuste positivo no resultado do período, variações positivas nas contas do passivo faz o ajuste positivo no resultado do período, já variações negativas das contas do passivo faz o ajuste negativo no resultado do período.

Passo 3:

- Neste passo são distribuídas as transações sem efeito no caixa e as variações líquidas das contas.

Considera-se como transações sem efeito no caixa aquelas transações de investimento e/ou financiamento que não afetaram o caixa nem o resultado líquido da empresa, (SANTOS, 2011, p. 89). Dessa forma fora alocado nesta coluna transferências de financiamentos de longo para financiamentos de curto prazo.

4. ANALISE E RESULTADOS

A fim de tratar dos objetivos da qual se propõem este trabalho, o presente capítulo se destina a desenvolver o demonstrativo de fluxo de caixa através dos critérios estabelecidos pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, da qual dispõem dois métodos de elaboração, sendo eles o direto e indireto. Para que o presente instrumento tivesse eficácia no cumprimento de seus objetivos, que é o de fornecer um instrumento de controle financeiro as PME optou-se por adotar a DFC pelo método indireto, uma vez que sua elaboração é de fácil compreensão e não representa custos extras a empresa, podendo ser desenvolvida pelo próprio gestor da empresa, conforme modelo proposto neste capítulo.

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL – EMPRESA MODELO S.A

O item balanço patrimonial – empresa modelo S.A, foi dividido em 3 passos, sendo cada passo responsável por uma etapa dentro do desenvolvimento da DFC. O passo 1 é responsável pela descrição das contas do Ativo e Passivo e a variação e movimentação dos saldos. No passo 2, é feita a alocação das transações dentro das atividades dos fluxos de caixa e no passo 3, as transações sem efeito no caixa e com as variações líquida das contas.

Passo 1:

- Descrição das contas;
 - a. coluna onde é lançada a nomenclatura das contas do ativo e passivo,
- Variação e Movimentação dos saldos;
 - a. encontra-se a variação dos saldos através da subtração entre o ano corrente com o ano anterior, para tal é necessário que a movimentação dos saldos seja lançada em coluna diferente do valor auferido pela empresa durante seu exercício social, conforme exemplo no QUADRO 5 .

QUADRO 5: Passo 1 – Descrição das contas e Variação e Movimentação dos saldos

| Passo 1 | | | |
|----------------------|------------------------------------|----------|----------|
| Descrição das contas | Variação e Movimentação dos saldos | | |
| | 31/12/X5 | 31/12/X4 | Variação |
| Duplicatas a receber | 346.125 | 273.423 | 72.702 |

Fonte: Adaptado de Santos (2011, p. 79).

Passo 2:

- Alocação das transações das atividades dos fluxos de caixa. Neste passo as variações do Ativo são lançadas de forma inversa, e as variações do Passivo são lançadas de acordo com sua origem, conforme mencionado no item 3.2;
 - a. a alocação dos fluxos de caixa deverá seguir suas transações de origem, ou seja, Operacional, Financiamento ou Investimento;
 - b. a exemplo de Duplicatas a receber com variação positiva de \$ 72.702, fora lançada de forma inversa a ajustar ao Lucro Líquido do período, para melhor visualização do destino de cada conta dentro da DFC, as variações foram enumeradas conforme exemplo no QUADRO 6.

QUADRO 6: Passo 2 – Alocação das transações dentro das atividades dos fluxos de caixa

| Passo 2 | | | | |
|--|---|---------------|--|---------------|
| Alocação das transações dentro das atividades dos fluxos de caixa: | | | | |
| Operacional | | Financiamento | | Investimentos |
| - 72.702 | 1 | | | |

Fonte: Adaptado de Santos (2011, p. 83).

Passo 3:

- transações sem efeito no caixa e com as variações líquida das contas.
 - a. neste passo deve-se lançar as transações sem efeito no caixa e a variações líquidas das contas, conforme exemplo no QUADRO 7.

QUADRO 7: Passo 3 – Transações sem efeito no caixa e com as Variações Líquida das contas

| Passo 3 | |
|--------------------------------|-------------------------------|
| Transações sem efeito no caixa | Variações Líquidas das contas |
| | -72.702 |

Fonte: Adaptado de Santos (2011, p. 89).

O QUADRO 8 traz de forma agregada os passos 1, 2 e 3, e os dados quanto às contas do Ativo e Passivo nos anos de 20X4 e 20X5, foram extraídos de Silva (2007, p. 166-167), conforme segue.

QUADRO 8: Balanço Patrimonial Empresa Modelo S.A

| EMPRESA MODELO S.A | | | | | | | | |
|---|---|----------------|----------------|--|---------------|---------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Balanço Patrimonial para os Exercícios de 20X4 e 20X5 | | | | | | | | |
| Descrição das contas do ATIVO | Passo 1 | | | Passo 2 | | | Passo 3 | |
| | Variação e Movimentação dos saldos | | | Alocação das transações dentro das atividades dos fluxos de caixa: | | | Transações sem efeito no caixa | Variações Líquidas das contas |
| | 31/12/X5 | 31/12/X4 | Variação | Operacional | Financiamento | Investimentos | | |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Caixa e caixa equivalentes | 16.783 | 22.282 | -5.499 | | | | | 0 |
| Aplicações não equivalentes ao caixa | | | 0 | | | 0 | 1 | |
| Duplicatas a receber | 346.125 | 273.423 | 72.702 | -72.702 | 2 | | | -72.702 |
| Provisão para devedores duvidosos | -19.491 | -15.500 | -3.991 | 3.991 | 3 | | | 3.991 |
| Estoques | 71.481 | 61.054 | 10.427 | -10.427 | 4 | | | -10.427 |
| Outros | 130.647 | 99.106 | 31.541 | -31.541 | 5 | | | -31.541 |
| | Movimentação da conta no ano corrente: | | | | | | | |
| | | | 20.021 | | | | | |
| | | | 3.772 | | | | | |
| | | | 7.166 | | | | | |
| | | | 582 | | | | | |
| | | | 31.541 | | | | | |
| Total do circulante | 545.545 | 440.365 | 105.180 | | | | | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | | | | | | | |
| Imposto de renda diferido ativo | 5.338 | 8.252 | -2.914 | 2.914 | 6 | | | 2.914 |
| Outros | 26.587 | 18.334 | 8.253 | -8.253 | 7 | | | -8.253 |
| | Movimentação da conta no ano corrente: | | | | | | | |
| | | | 4.677 | | | | | |
| | | | 3.576 | | | | | |
| | | | 8.253 | | | | | |
| Total do realizável a longo prazo | 31.925 | 26.586 | 5.339 | | | | | |
| INVESTIMENTOS | | | | | | | | |
| Outros investimentos permanentes | 75 | 76 | -1 | | | | | |
| | Movimentação da conta no ano corrente: | | | | | | | |
| | | | -1 | | | 1 | 8 | 1 |
| | | | -1 | | | | | |
| Total dos investimentos | 75 | 76 | -1 | | | | | |
| IMOBILIZADO - Líquido | | | | | | | | |
| | 162.039 | 150.601 | 11.438 | | | | | |
| | Movimentação da conta no ano corrente: | | | | | | | |
| | | | 23.059 | | | -23.059 | 9 | -23.059 |
| | | | -11.621 | 11.621 | 10 | | | 11.621 |
| | | | 11.438 | | | | | |
| DIFERIDO - Líquido | | | | | | | | |
| | 2.750 | 24.061 | -21.311 | | | | | |
| | Movimentação da conta no ano corrente: | | | | | | | |
| | | | -21.311 | 21.311 | 11 | | | 21.311 |
| | | | -21.311 | | | | | |
| TOTAL DO ATIVO | 742.334 | 641.689 | 100.645 | -83.086 | | 0 | | -23.058 |
| | | | | | | | 0 | -106.144 |

| | | | | | | | | |
|---------------------------------|---|----------------|----------------|----------------|----|--------------|----------|----------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Empréstimos - valor principal | 58.293 | 51.439 | 6.854 | | | | | |
| | Movimentação da conta no ano corrente: | | | | | | | |
| Novos empréstimos | | | 6.854 | | | 6.854 | 12 | 6.866 |
| Movimentação líquida | | | 6.854 | | | | | |
| Fornecedores | 167.923 | 145.066 | 22.857 | 22.857 | 13 | | | 22.857 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 83.647 | 60.163 | 23.484 | 23.484 | 14 | | | 23.484 |
| | Movimentação da conta no ano corrente: | | | | | | | |
| Impostos sobre venda | | | 14.894 | | | | | |
| Impostos parcelados | | | 75 | | | | | |
| Outros impostos | | | -550 | | | | | |
| Provisão p/ imp. Renda e CSL | | | 1.586 | | | | | |
| Provisão p/ Contingências | | | 5.120 | | | | | |
| Salários e encargos sociais | | | 2.359 | | | | | |
| Movimentação líquida | | | 23.484 | | | | | |
| Provisões | 15.296 | 12.552 | 2.744 | 2.744 | 15 | | | 2.744 |
| Outras contas a pagar | 49.523 | 38.076 | 11.447 | 11.447 | 16 | | | 11.447 |
| Total do circulante | 374.682 | 307.296 | 67.386 | | | | | |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 212.352 | 231.136 | -18.784 | | | | | |
| | Movimentação da conta no ano corrente: | | | | | | | |
| Dívida capitalizada | | | -18.784 | | | | | -18.784 |
| Movimentação líquida | | | -18.784 | | | | | |
| Outros débitos de longo prazo | 6.966 | 7.377 | -411 | -411 | 17 | | | -411 |
| Total do exigível a longo prazo | 219.318 | 238.513 | -19.195 | | | | | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | | |
| Capital social realizado | 55.000 | 55.000 | 0 | | | | | |
| | Movimentação da conta no ano corrente: | | | | | | | |
| Movimentação líquida | | | 0 | | | | | |
| Reservas de capital | 106.660 | 106.660 | 0 | | | | | |
| | Movimentação da conta no ano corrente: | | | | | | | |
| Movimentação líquida | | | 0 | | | | | |
| Lucros (Prejuízos) acumulados | -13.326 | -65.780 | 52.454 | | | | | |
| | Movimentação da conta no ano corrente: | | | | | | | |
| Lucro (Prejuízo do período) | | | 52.454 | 52.454 | 18 | | | 52.454 |
| Movimentação líquida | | | 52.454 | | | | | |
| Total do patrimônio líquido | 148.334 | 95.880 | 52.454 | | | | | |
| TOTAL DO PASSIVO | 742.334 | 641.689 | 100.645 | 112.575 | | 6.854 | 0 | -18.784 |
| | | | | | | | | 100.657 |

Fonte: Adaptado de Santos (2011, p. 93-99), e Silva (2007, p. 166-167).

4.1.1 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – MÉTODO INDIRETO

Como mencionado no referencial teórico deste trabalho, as transações de fluxo de caixa pelo método indireto, consistem em atividades que causaram variações no lucro líquido, e com atividades que representam entradas ou saídas de caixa mais que em sua essência permaneceram na empresa.

- Atividades operacionais que ajustam ao lucro líquido do exercício de \$ 52.454 foram;
 - a. duplicatas a receber \$ (72.702);
 - b. provisão para devedores duvidosos \$ 3.991;
 - c. estoques \$ (10.427);
 - d. outros créditos de curto e longo prazo \$ (39.794);
 - e. imposto de renda diferido líquido \$ 2.914;
 - f. fornecedores \$ 22.857, impostos;
 - g. taxas e contribuições \$ 23.484;
 - h. provisões \$ 2.744;
 - i. outros débitos e outras contas a pagar de curto e longo prazo \$ 11.036.

- Atividades operacionais que representam entrada ou saída de caixa são;
 - a) depreciação e amortização \$ 32.932.

As variações das contas do Ativo Circulante e Passivo Circulante, juntamente com outras contas de Ativo e Passivo de longo prazo que após ajustadas ao lucro líquido, chegou-se ao caixa das atividades operacionais de \$ 29.489, conforme QUADRO 9.

QUADRO 9: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
|---|---------|-------|
| Lucro (Prejuízo) Líquido | 52.454 | 18 |
| Ajustes para Reconciliar o Prejuízo Líquido com Caixa Líquido | | |
| Aplicado/Obtido nas/das Atividades Operacionais: | | |
| Depreciação e amortização | 32.932 | 10+11 |
| Duplicatas a receber | -72.702 | 2 |
| Provisão para devedores duvidosos | 3.991 | 3 |
| Estoques | -10.427 | 4 |
| Outros créditos curto e longo prazo | -39.794 | 5+7 |
| Imposto de renda diferido líquido | 2.914 | 6 |
| Fornecedores | 22.857 | 13 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 23.484 | 14 |
| Provisões | 2.744 | 15 |
| Outros débitos/contas a pagar - curto e longo prazo | 11.036 | 16+17 |
| Caixa líquido obtido/(aplicado) das/nas atividades operacionais | 29.489 | |

Fonte: Adaptado de Santos (2011, p. 91).

4.1.2 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

O caixa líquido das atividades de investimentos foi obtido através das variações encontradas nas contas do Ativo não Circulante, que representaram investimentos feitos pela empresa ou perda do mesmo.

- Atividades de investimentos que ajudaram a compor o caixa líquido dos investimentos foram:
 - a) perdas de investimentos \$ 1;
 - b) aquisição de bens do ativo imobilizado \$ (23.059).

Desta forma a soma de provisão para perdas, com aquisição de bens do ativo imobilizado, chegou ao caixa líquido das atividades de investimentos de \$ (23.058). Conforme QUADRO 10.

QUADRO 10: Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | |
|---|-----------|
| Perdas de Investimentos | 1 8 |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado | -23.059 9 |
| Caixa líquido obtido/(aplicado) nas/das atividades de investimentos | -23.058 |

Fonte: Adaptado de Santos (2011, p. 91).

4.1.3 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

As atividades de financiamento estão mais ligadas às contas do Passivo não Circulante da empresa, ou seja, Exigível de Longo Prazo e Patrimônio Líquido, entretanto, entradas de caixa com objetivo de financiar as atividades da empresa, e saídas de caixa com o objetivo de pagar esses financiamentos são classificados como atividades de financiamento. Dessa forma as variações encontradas em financiamentos do Passivo Circulante, ajudaram a compor o saldo final do caixa líquido das atividades de financiamento.

- Atividade de financiamento que ajudou a compor o caixa líquido de financiamento consistiu em:
 - a. empréstimos e financiamentos obtidos \$ 6.854.

Empréstimos e financiamentos obtidos constituíram o caixa líquido das atividades de financiamentos de \$ 6.854. Conforme apresentado no QUADRO 11.

QUADRO 11: Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | |
|---|----------|
| Empréstimos e financiamentos obtidos | 6.854 12 |
| Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos | 6.854 |

Fonte: Adaptado de Santos (2011, p. 91).

4.2 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – EMPRESA MODELO S.A

Após obter o resultado dos fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e financiamento, a mesma deverá ser evidenciada de forma integrada possibilitando assim ao gestor uma síntese das principais

movimentações financeiras feitas pela empresa, e qual foi o saldo líquido no caixa ao final do exercício.

- caixa e caixa equivalentes em 31 de Dezembro de 2005:
 - a. aumento (diminuição) líquido no caixa e caixa equivalentes \$ 13.285;
 - b. caixa e caixa equivalentes em 01 de Janeiro de 2005 \$ 22.282.

A soma do caixa e caixa equivalentes ao início do período, mais o caixa e caixa equivalentes líquido obtido durante o exercício, ajudaram a compor o saldo do caixa e caixa equivalentes em 31 de Dezembro de 2005 de \$ 35.567.

O QUADRO 12 apresenta de forma consolidada todas as atividades geradoras de caixas da empresa Modelo S.A, conforme segue.

QUADRO 12: Demonstração dos Fluxos de Caixa Empresa Modelo S.A

| Empresa Modelo S.A | | |
|--|---------------|-------|
| Demonstração de Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 20X5 | | |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro (Prejuízo) Líquido | 52.454 | 18 |
| Ajustes para Reconciliar o Prejuízo Líquido com Caixa Líquido | | |
| Aplicado/Obtido nas/das Atividades Operacionais: | | |
| Depreciação e amortização | 32.932 | 10+11 |
| Duplicatas a receber | -72.702 | 2 |
| Provisão para devedores duvidosos | 3.991 | 3 |
| Estoques | -10.427 | 4 |
| Outros créditos curto e longo prazo | -39.794 | 5+7 |
| Imposto de renda diferido líquido | 2.914 | 6 |
| Fornecedores | 22.857 | 13 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 23.484 | 14 |
| Provisões | 2.744 | 15 |
| Outros débitos/contas a pagar - curto e longo prazo | 11.036 | 16+17 |
| Caixa líquido obtido/(aplicado) das/nas atividades operacionais | 29.489 | |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | |
| Perdas de Investimentos | 1 | 8 |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado | -23.059 | 9 |
| Caixa líquido obtido/(aplicado) nas/das atividades de investimentos | -23.058 | |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Empréstimos e financiamentos obtidos | 6.854 | 12 |
| Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos | 6.854 | |
| AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES | 13.285 | |
| CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES EM 1 DE JANEIRO DE 20X5 | 22.282 | |
| CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 20X5 | 35.567 | |

Fonte: Adaptado de Santos (2011, p. 91).

5. CONCLUSÃO

Um dos principais problemas das pequenas e médias empresas diz respeito à sua liquidez e a falta de recursos financeiros para custear suas atividades de curto prazo. Tal situação acaba por muitas vezes levando a buscar fontes externas de financiamento, problemas quase sempre ocasionados por falta de gestão, ou melhor, falta de informação adequada sobre a real situação da empresa, o que dificulta ainda mais o direcionamento dos seus recursos financeiros.

A DFC pelo método direto proporciona a PME informação exata sobre seus principais gastos e de suas principais fontes de recursos. Apesar da sua fácil compreensão, o custo benefício para sua implantação se torna oneroso quando aplicado dentro de uma PME, uma vez que para sua aplicação é necessário um profissional contábil habilitado, tendo em vista a complexidade das terminologias contábeis.

Já a DFC pelo método indireto apresenta o fluxo de caixa do período através da reconciliação do lucro líquido, apesar da reconciliação não representar as reais receitas e despesas feitas pela empresa, ela evidencia de que forma o lucro líquido foi afetado pelas variações do ativo e passivo da empresa. Tal método possibilita ao gestor financeiro ter uma síntese de como seus recursos foram convertidos em bens, direitos e obrigações. Este método foi o escolhido devido à facilidade de sua implantação e de não gerar custos extras a PME, sendo necessário apenas dois balanços patrimoniais, um do exercício atual e outro do exercício anterior, podendo ser elaborado pelo próprio gestor da empresa através do modelo proposto por este trabalho.

O objetivo geral deste trabalho foi o de desenvolver uma DFC adaptada com base na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e propô-la como ferramenta principal na evidenciação dos fluxos financeiros da PME, este objetivo foi alcançado devido à estrutura proposta por Santos (2011), da qual enumera as variações extraídas do balanço tornando mais fácil a sua localização dentro da estrutura da DFC. Já os objetivos específicos foram os de conceituar, revelar, e apresentar a DFC como instrumento de controle financeiro, sendo todos alcançados no referencial teórico deste trabalho.

O processo metodológico permitiu o desenvolvimento do trabalho com mais garantia e segurança, dando assim mais credibilidade e confiança nos resultados alcançados durante a pesquisa.

Com a DFC em mãos, o gestor de uma PME poderá fazer uma análise mais detalhada da situação financeira da empresa, por meio de indicadores financeiros e de desempenho, sobre como os investimentos, financiamentos afetaram seu caixa, além de quais atividades operacionais afetaram o seu lucro ou prejuízo. Desta forma a DFC se apresenta como um excelente controle dos fluxos financeiros de uma empresa e poderá se aplicado tanto como um instrumento de análise, como um instrumento de controle dentro de uma empresa.

5.1 RECOMENDAÇÃO PARA TRABALHOS FUTUROS

Como recomendação para trabalhos futuros sugere-se o desenvolvimento de um Estudo de Caso em uma PME, para a aplicação do método de desenvolvimento da DFC proposto neste estudo.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. **Lei 11.638**, de 28/12/2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/111638.htm> Acesso em: 07/09/2011.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – BNDS. **Porte de Empresa**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Navegacao_Suplementar/Perfil/porte.html> Acesso em: 31/07/11.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1255, de 10/12/2009. Aprova a NBC T 19.41 - **Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1255.doc> acesso em 07/09/11.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1285, de 22/06/2010. Inclui o Apêndice “**Glossário de Termos**” à NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1285.doc> Acesso em: 04/09/11.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1329, de 22/03/2011. **Altera a sigla e a numeração de normas, interpretações e comunicados técnicos**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1329.doc> Acesso em: 04/09/11.

DELOITTE. **Normas Internacionais de contabilidade**. – São Paulo: Atlas, 2006.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. – 3. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2001.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Paulo: Difusão editora, 2004.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRA – FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**; diretor responsável Sérgio de Iudicibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. – 7 ed. – 3. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

GAZZONI, Elizabeth Inez. **Fluxo de Caixa – Ferramenta de Controle Financeiro para a Pequena Empresa**. 2003, 96 fls. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis. Disponível em: < <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS3578.pdf> > acesso em. 11-04-2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4. ed. – 11. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2008.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 8 ed.- São Paulo: Atlas, 2009.

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron Books, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. – 3. Ed. – 4. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. – 12. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. – 6. Ed. – 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, Silvério das.; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. – 15. Ed. rev. E atual. – São Paulo: Frase Editora, 2007.

Normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) 2008: incluindo as normas internacionais de contabilidade (IASs) e as interpretações tal como aprovadas em 1º de janeiro de 2008, volume 1. – São Paulo: IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, 2009.

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva de.; FARIA, Anderson de Oliveira.; OLIVEIRA, Luís Martins de.; ALVES, Paulo Sávio Lopes da Gama. **Contabilidade Internacional: gestão de risco, governança corporativa e contabilidade de derivativos**. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREZ JUNIOR, José Hernandes. **Conversão de Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2005.

QUINTANA, Alexandre Costa. **Fluxo de caixa: demonstrações contábeis de acordo com a Lei 11.638/07**. Curitiba: Juruá, 2009.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: Estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 26 ed. ampl. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2009.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 1996.

SÀ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral**. 3ª tir. Curitiba : Juruá, 2007.

SANVICENTE, Antônio Zoratto. **Administração financeira**. 3 ed. – São Paulo: Atlas, 1987.

SANTOS, Cosme dos. **Guia prática para elaboração do demonstrativo dos fluxos de caixa – DFC**. 2ª ed. (2009), 2ª reimp. Curitiba: Juruá, 2011.

SEBRAE/MG. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2004. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/arquivos/informativos/relatorio_pesquisa_mortalidade_minas.pdf> acesso em 11-04-2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. – 22. Ed. rev. e ampl. de acordo com a ABNT – São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. – São Paulo: Atlas, 2007.

WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E. **Contabilidade Gerencial**. Tradução da 6. Ed. norte americana Andre O. D. Castro. – São Paulo: Thomson Learning, 2006.